

ISSN 0101 - 3335

LETRAS DE HOJE

Nº 102

DEZEMBRO DE 1995

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
Curso de Pós Graduação em Lingüística e Letras
Centro de Estudos da Língua Portuguesa



LETRAS DE HOJE

REVISTA TRIMESTRAL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA
E LETRAS - PUCRS
CENTRO DE ESTUDOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Letras de Hoje
estudos e debates de
assuntos de lingüística,
literatura e língua
portuguesa

EDIÇÃO ESPECIAL LETRAS DE HOJE

Atas do III Encontro Nacional
sobre Aquisição da Linguagem

Regina Ritter Lamprecht
organizadora

Centro de Estudos sobre Aquisição
e Aprendizagem da Linguagem

PUCRS

Pedidos de assinaturas e permutas *devem ser*
encaminhados para EDIPUCRS.

Assinatura anual:
Brasil R\$ 22,00
Exterior US\$20
Número avulso R\$ 6,00

Formas de pagamento:

Cheque ou vale postal em nome da
Revista para EDIPUCRS
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
Caixa Postal 1429
90619-900 - Porto Alegre - RS

Os artigos para publicação *devem ser*
encaminhados para:

Revista Letras de Hoje
Pós-Graduação em Lingüística e
Letras - PUCRS
A/c Prof. Elvo Clemente
Caixa Postal 1429
90619-900 - Porto Alegre - RS

A Revista aceita permutas
On demande l'échange
We ask exchange

Os originais enviados à Revista não serão
devolvidos, mesmo que não sejam utilizados

Composição: **SULIANI** Impressão: **EPECÊ**

L 649: LETRAS DE HOJE/ Curso de Pós-Graduação em Lingüística
e Letras, PUCRS, - n.1 (out. 1967) - Porto
Alegre: EDIPUCRS, 1967 -
v.; 22cm
Trimestral
ISSN 0101-3335
1. Lingüística - Periódicos. 2. Literatura - Periódicos.
I. PUCRS. Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Letras.
CDD 405
805
CDU 8(05)

Índice para Catálogo Sistemático
Lingüística: Periódicos 80(05)
Literatura: Periódicos 82/89(06)
Periódicos: Lingüística 05(80)
Periódicos: Literatura 05 82/89

SUMÁRIO

Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem Cláudia T. G. de Lemos	9
Língua e discurso na teorização sobre a aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística Letícia M. Sicuro Corrêa	29
Língua e discurso: à luz dos monólogos da criança Maria Francisca de Andrade F. Lier-de Vitto	45
Sintaxe e aquisição na teoria de princípios e parâmetros Mary Aizawa Kato	57
A gramática gerativa e aquisição da linguagem Carlos Miotto	75
O que a criança não nos diz – o lugar da empiria no modelo chomskiano Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes	83
Sobre a descrição de desvios fonológicos e de fenômenos da aquisição da fonologia Carmen Lúcia M. Hernandorena	91
A normalidade e a não-normalidade na aquisição fonológica Elizabeth Reis Teixeira	111
A aquisição fonológica normal e com desvios fonológicos evolutivos: aspectos quanto à natureza da diferença Regina Ritter Lamprecht	117
Descrição de desvios fonológicos pela fonologia não-linear Helena Bolli Mota	127
Levantamento de questões sobre o erro em aquisição da linguagem Glória Maria Monteiro de Carvalho	137
Erro e enigma na aquisição da linguagem Rosa Attié Figueira	145
Aquisição dos verbos com alternância vocálica Irani Rodrigues Maldonado	163
A fala da criança como interpretação: uma análise das teorias em aquisição de linguagem Maria Teresa G. Lemos	181

A ordem VS com função apresentativa em relatos de crianças de 4 a 9 anos	
Ana Zilles	189
Relativas extraídas de LD – evidências a partir de dados sobre aquisição	
Margarete Axt	205
Ficcionalidade e referencialidade na aquisição de narrativas escritas	
Pascoalina Bailon de Oliveira	231
A compreensão do discurso narrativo pela criança	
Marisa Bernardes Pereira	239
Relação dialógica e representação mental – algumas inferências sobre o processo de aquisição da língua escrita	
Clarissa S. Golbert	249
Na aquisição da escrita pelas crianças ocorrem processos fonológicos similares aos da aquisição da fala?	
Noely Klein Varela	265
Reincidência dos desvios na escrita de uma criança	
Rosângela Marostega Santos	273
Aquisição normal e com desvios da fonologia do português – contrastes de sonoridade e de ponto de articulação	
Cátia de Azevedo	285
O processo de assimilação visto sob a perspectiva da fonologia autosssegmental	
Ana Paula Ramos e Helena Bolli Mota	295
Retardo de desenvolvimento de linguagem: algumas reflexões a partir da relação entre o fonoaudiólogo e seu paciente	
Rosana Benine Basso	303
Avaliação da linguagem de crianças com visão sub-normal	
Marisa B. M. Gargantini, Maria Helena M. A. Oliveira	315
A distinção Will / Be going to: uma abordagem pragmática	
Jussara Maria Zilles	323
Estudo introdutório sobre o uso de estratégias em português como L2	
Lúcia Rottava	327
Desenvolver a língua estrangeira através da discussão de aspectos culturais e históricos do país: uma proposta de ensino	
Maura Pereira Konzen, Walkiria Ayres Sidi, Deborah Torikachvili Cutin	341

APRESENTAÇÃO

Temos a grata satisfação de publicar, neste número especial de **Letras de Hoje**, os trabalhos apresentados no **III Encontro Nacional sobre Aquisição da Linguagem** realizado em Porto Alegre de 26 a 28 de outubro de 1994.

Esse Encontro, promovido pelo **Centro de Estudos sobre Aquisição e Aprendizagem da Linguagem – CEAAL** – da PUCRS, deu continuidade a algo que já pode ser considerado uma tradição: a reunião periódica de pesquisadores e de pós-graduandos que trabalham na área de Aquisição da Linguagem. Como nas ocasiões anteriores, teve o CEAAL a grata satisfação de poder contar com a presença dos nomes mais representativos da área no Brasil. Além disso, a afluência de um público de cerca de 200 participantes – composto por pesquisadores, professores de pós-graduação e de graduação, estudantes de pós-graduação e de graduação, professores de primeiro e segundo graus, fonoaudiólogas e outros interessados, de diferentes estados e ligados a diferentes universidades – veio mostrar o crescimento do interesse e a pujança dessa área de estudos e pesquisa no país.

Inovou-se, desta vez, em termos de estrutura do Encontro, na tentativa de obter um aproveitamento cada vez melhor. Em 1989 e 1991, tivemos dois dias de cursos com um convidado estrangeiro – os Drs. Carol Stoel-Gammon e Paul Fletcher, respectivamente – seguidos de dois dias do Encontro propriamente dito, constando este de uma conferência em cada manhã e em cada tarde, seguidas de sessões de comunicações.

Neste III ENAL decidiu-se não promover a vinda de um pesquisador estrangeiro mas sim ampliar o tempo dedicado ao Encontro de dois para três dias e aprofundar os trabalhos ainda mais fortalecendo sua unidade temática. Para tal fim, programou-se para a manhã de cada dia uma conferência seguida de mesa-redonda sobre o mesmo tema, cujos membros foram escolhidos pela respectiva conferencista. A idéia teve boa aceitação quando proposta e, realmente, conseguimos atingir nosso objetivo: o tema escolhido para cada conferência teve ampliação na mesa-redonda que lhe seguiu. Na parte das tardes sucederam-se sessões de comunicações, com um total de 23 trabalhos também concentrados em blocos temáticos – aquisição da língua materna, patologias da linguagem, aprendizagem da escrita e aprendizagem de L2.

As três conferências representaram as principais linhas de pesquisa atualmente existentes na área da Aquisição da Linguagem no Brasil: "Língua e discurso na teorização sobre aquisição da linguagem", proferida pela Profa. Dra. Cláudia de Lemos, da UNICAMP; "Sintaxe e aquisição na visão de Princípios e Parâmetros", pela Profa. Dra. Mary Aizawa Kato, também da UNICAMP; e "Sobre a descrição de desvios fonológicos", pela Profa. Dra. Carmen Lúcia Matzenauer Hernandorena, da UCPel.

Das mesas-redondas coordenadas pelas conferencistas participaram os professores Dra. Leticia Sicuro Corrêa, da PUCRJ; Dra. Maria Francisca de Andrade Lier-De Vitto, da PUCSP; Dr. Carlos Mioto, da UFSC; Dnda. Ruth Vasconcellos Lopes, também da UFSC; Dra. Elizabeth Reis Teixeira, da UFBA; Dra. Regina Ritter Lamprecht, da PUCRS; e Dnda. Helena Bolli Mota, da UFSM.

Ao lado do excelente nível das conferências e das participações nas mesas-redondas, tem-se a destacar os debates que se seguiram a essas atividades, nos quais o público presente pôde sentir um clima marcante de aproximação entre pesquisadores. A existência de pontos de convergência entre posições teóricas diversas sobre a temática da Aquisição da Linguagem foi clara, e mostrou que a pesquisa nessa área, no Brasil, está sendo liderada por pessoas que acreditam no debate que é diálogo; na possibilidade de complementaridade entre linhas de pesquisa com enfoques diferentes; na comparação de resultados e não no confronto. É bem possível que, na memória de muitos dos presentes, a lembrança do III ENAL evoque, muito mais do que fatos, nomes ou dados, esse clima de harmonia, de extremo profissionalismo, de postura científica colocada muito acima de posicionamentos teóricos e de interesses pessoais.

A organização destes Anais segue, basicamente, a estrutura do III Encontro: o texto de cada uma das conferências é seguido dos textos apresentados na mesa-redonda que se seguiu. Após, vêm os trabalhos das sessões de comunicações, reunidos por assunto e na ordem de apresentação.

Queremos, neste momento, reiterar de público nosso reconhecimento às pessoas e entidades sem o apoio das quais a realização do III ENAL teria sido impossível. Por isso, agradecemos:

– às conferencistas e aos participantes nas mesas-redondas, que contribuíram com o melhor de seu saber, dando a nós todos, presentes naquela ocasião ou leitores deste volume, motivo de grande satisfação;

– às pesquisadoras que prestigiaram o Encontro apresentando os resultados de seus trabalhos nas sessões de comunicações;

– às Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão da PUCRS, na pessoa dos seus respectivos Pró-Reitores, Prof. Dr. Mons. Urbano Zilles e Prof. Dr. Gilberto Medeiros;

– ao Prof. Dr. Ir. Elvo Clemente, a cuja ajuda e empenho devemos a publicação dos Anais;

– à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, na pessoa da Profa. Dr. Regina Zilberman, pelo apoio constante;

– à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS – pelo apoio financeiro que, além de vital em termos práticos, representou, em época de recursos tão escassos, uma prova de confiança na capacidade do CEAAL de organizar um evento produtivo;

– às Bolsistas de Iniciação Científica do Programa PIBIC/PUCRS Marilene Soares Santana e Cláudia da Silva Horn, pela colaboração na organização do evento e destes Anais;

– a todos os participantes no Encontro, pelo interesse demonstrado, pelo entusiasmo diante das excelentes contribuições oferecidas e pelas manifestações de apreço.

Regina Ritter Lamprecht
Coordenadora do CEAAL/PUCRS

LÍNGUA E DISCURSO NA TEORIZAÇÃO SOBRE AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM*

CLÁUDIA T. G. DE LEMOS
UNICAMP

1 – UMA LONGA INTRODUÇÃO**

No título deste trabalho se sucedem os termos "língua", "discurso" e "linguagem". O último, nomeando o que a criança adquire, por essa e por outras razões poderia ser lido como domínio onde os outros dois se integram, fazendo supor uma unidade.

Começo por afastar essa suposição, tomando como ponto de partida a separação que termos como "língua" e "discurso" efetuam nos estudos sobre aquisição de linguagem, separação essa que introduz mais uma dúvida às que se condensam na indagação "O que significa **linguagem** na expressão 'aquisição de linguagem?'". Seriam essas dúvidas desfeitas se nos conformássemos com as vicissitudes da tradução em português da denominação da área em inglês – **child language acquisition** – onde "língua" e "linguagem" se fundem numa só palavra?

Não parece estar aí a raiz da questão, se é que essa tem sido uma questão para a área. Nem a separação nem o encapsulamento resultante de pesquisas sobre a aquisição de componentes da gramática têm sido vistos como problemáticos. É assumido como "natural" e até mesmo necessário pesquisar sobre a aquisição da fonologia sem passar os olhos pela sintaxe, ou estudar o desenvolvimento de um determinado sub-sistema morfológico sem dar atenção à sua possível determinação fonológica. Na medida em que uma teoria linguística é usada – usada ou aplicada? – na descrição dos

* Este texto é uma homenagem a Eni Orlandi que, como debatedora de um texto que apresentei há muito tempo atrás, em um Encontro sobre o Objeto nas Ciências Humanas, organizado pelo IUPERJ, no Rio de Janeiro, me perguntou sobre a língua. Ou, literalmente, sobre o lugar que eu, concentrada naquele momento na questão do diálogo como unidade de análise, daria à sistematicidade da língua na aquisição de linguagem. A homenagem toma assim o sentido de reafirmar aqui o que seu trabalho, ao longo dos anos, tem insistido em mostrar: que, ao buscar-se o que é da língua, não se escapa do que é do discurso. Ainda que eu esteja certa de que ela discorde de muito do que está neste texto sobre a relação entre língua e discurso.

** Este trabalho é uma versão bem mais extensa do que a exposição feita no Encontro que deu origem a esta publicação. O teor das questões levantadas explica o fato de eu me ter alongado, no texto escrito, em pontos apenas esboçados no texto oral.

enunciados da criança, dela parece vir a autorização e mesmo a garantia de legitimidade dessa prática descritiva.

Um tal estado de coisas mostra bem como na investigação em aquisição de linguagem as questões teóricas centrais da teoria linguística são, quanto muito, marginais à sua instrumentalização com fins descritivos. Se assim não fosse, como se explicaria a importância menor que se tem dado ao empreendimento teórico da Gramática Gerativa em explicitar as relações entre os componentes da gramática e que hoje se atualiza na teorização sobre as interfaces entre sintaxe e forma lógica, sintaxe e forma fonética?

Se esses diferentes recortes do objeto efetuados em nome da teoria linguística não se cruzam, não se tocam nem têm sua possibilidade de relação contemplada, maior ainda é o intervalo que separa, na área de aquisição de linguagem, o que concerne a língua e o que concerne o discurso. Nela é dominante uma concepção de discurso calcada sobre a exclusão da língua: discurso é o que está além da "sentença" (?), unidade da língua; discurso é o que, quando considerado, não em sua extensão, mas, como totalidade, se configura como unidade de outra natureza, o texto.

As conseqüências dessa exclusão tornam-se mais visíveis se examinadas a partir do modo como se articulam nos estudos de aquisição de linguagem uma teoria sobre a língua, tomada à Linguística, e uma noção (intuitiva ou teórica) de desenvolvimento e/ou aprendizagem, ancorada na Psicologia. É essa noção de desenvolvimento/aprendizagem que acaba impondo à descrição linguística uma ordenação do adquirido/aprendido com base em seu grau de complexidade ou em seu estatuto (primitivo ou derivado) na teoria linguística. Ainda que essa ordenação não tenha chegado ao ponto de tratar a aquisição da fonologia como precedente à da sintaxe,¹ não se pode negar que tenha acarretado a remissão das questões textuais/discursivas para um momento posterior ao desenvolvimento linguístico propriamente dito. Ou melhor, posterior à aquisição de um conhecimento restrito ao domínio da sentença.

Este é o caso particular da maioria dos estudos sobre desenvolvimento do discurso narrativo em que propriedades textuais como coesão e coerência dirigem o olhar do investigador para a ordem de emergência de relações entre unidades que corresponderiam a sentenças na teoria linguística estrita. Note-se que a capacidade de estabelecer essas relações decorreria, em última instância, da capacidade de operar com restrições de ordem semântica, gramatical e discursiva que cada segmento/unidade impõe ao que o sucede, assim como com as restrições temáticas e discursivas que

¹ Note-se, porém, que tal precedência é de certa forma pressuposta em propostas sobre a aquisição da escrita que tomam a escrita como mera representação da oralidade, assim como por métodos de alfabetização que partem de unidades como sílabas e fonemas. Ver, a propósito, trabalho de Mota neste volume.

o próprio texto enquanto figuração de uma totalidade impõe a essas mesmas operações.

Restrições deste tipo não deixam de se fazer sentir também no diálogo que, nesse e em outros sentidos, funciona como um texto. Até mesmo a criança pequena, em seus diálogos iniciais com o adulto, parece sensível a essas restrições: ela não diz nem faz qualquer coisa em resposta a seu interlocutor ou a determinada situação. Uma tal interpretação da interação e/ou diálogo inicial é, com efeito, um dos argumentos empíricos de que tanto Bruner (1975 e outros) quanto Katherine Nelson (1985 e outros) se valeram para atribuir ao que eles designaram, respectivamente, como "formats" e como "scripts" o estatuto de precursores do desenvolvimento linguístico.

Essas duas linhas de investigação se aproximam no sentido em que colocam num antes ou num depois, alguém ou além da aquisição do que concerne à língua, um conhecimento de outra ordem. Divergem, contudo, em dois aspectos cruciais. Os estudos sobre o desenvolvimento narrativo supõem uma monologização, vista como controle de produção do texto por um único indivíduo,² o que não é o caso para Nelson e menos ainda para Bruner. Em segundo lugar, as restrições operativas no "format" e, mais ainda, no "script", decorrem do fato dessas configurações ou esquemas serem, na visão desses autores, representações cognitivas de formas sócio-culturalmente determinadas de significar relações entre objetos, pessoas, situações.

O que parece subjacente a esses trabalhos é um vínculo entre o que se poderia chamar de **encadeamento** e restrições que visam a assegurar a manutenção de uma unidade coesa sempre ameaçada pela **imprevisibilidade** das relações desencadeadas pelo próprio encadeamento.³ Com efeito, essas restrições e a estrutura(ção) a elas conseqüente se distinguem radicalmente das regras e estruturas da língua ou do caráter preditivo – e, portanto, logicamente necessário – que a noção de gramática implica.

Por razões que devem ficar claras ao longo deste trabalho, esse vínculo não mereceu a atenção dos investigadores que privilegiaram questões textuais/discursivas no desenvolvimento linguístico. Contudo, encadeamento e (im)previsibilidade, sob diferentes formas, estão presentes como questões para a Linguística desde o estruturalismo europeu, isto é, a partir do momento em que se define a língua "como um sistema que conhece somente sua ordem própria" (Saussure 1916/1987: 31).

² Este ponto será retomado mais adiante. Devo, porém, adiantar aqui que sua tematização em Orlandi e Guimarães (1988), Orlandi (a sair) e M.T. Lemos (1992) serviram de base inicial para esta reflexão.

³ Uma exceção a essa tendência dominante é o livro de Perroni (1992) sobre desenvolvimento da narrativa.

Com essa afirmação, Saussure exclui da língua, enquanto objeto da Lingüística científica, o que pertence à fala, isto é, à esfera individual. Nada que é da ordem individual intervém, segundo ele, no funcionamento da língua. Contudo, o que é excluído retorna como indagação sobre o espaço livre que a língua deixa para "o próprio da fala", identificado por ele à "liberdade das combinações" (op. cit.: 144). O individual que retorna, então, não é o mesmo que foi excluído enquanto instância fisiológica e psicológica determinante do lingüístico que se dá no signo como imagem acústica e como conceito. O individual que retorna é o que se dá na esfera da fala, definida agora como espaço do não-previsto, onde se pode exercer a "liberdade das combinações".

Não é por acaso que esse retorno se dá justamente quando Saussure se volta para o que ele próprio chama de **encadeamento**. A saber, quando "relações e diferenças", primitivos de sua teoria do valor, são apreendidas no seu funcionamento em dois eixos distintos. O das relações sintagmáticas que resultam do **encadeamento** de termos em oposição **no discurso, na cadeia da fala e o das relações associativas**⁴ entre entidades que **na memória, fora do discurso**, formam grupos a partir da semelhança que se dá como efeito de relações de ordem diversa.

Poder-se-ia dizer que o encadeamento que define o sintagma seria já um espaço "livre" para o individual pois, é Saussure quem afirma,

"...a noção de sintagma se aplica não só às palavras, mas aos grupos de palavras, às unidades complexas de toda dimensão e de toda espécie (palavras compostas, derivadas, membros de frases, frases complexas)". (op. cit.: 144)

Essa noção assim estendida ultrapassaria o sentencial e atingiria o textual, fazendo mesmo supor um grau de imprevisibilidade que evoca "o próprio da fala", "a liberdade de combinações". Porém, um espaço da mesma natureza se abre quando Saussure, ao reiterar a diversidade de relações que unem os grupos associativos, diz:

"Os grupos formados por associação mental não se limitam a aproximar os termos que apresentem algo em comum; o espírito capta também a natureza que os une em cada caso e cria com isso tantas séries associativas quantas relações diversas existam. [...]. Uma palavra qualquer pode sempre evocar tudo quanto seja possível de ser-lhe associado de uma maneira ou de outra." (op. cit.: 145-6)

Dada a imprevisibilidade que o funcionamento dos eixos sintagmático e associativo faz supor, como manter a dicotomia **língua vs. fala**?

⁴ As relações denominadas "associativas" ficaram conhecidas como "paradigmáticas", substituição essa que, segundo Gadet (1989), acentua seu aspecto estático, sua consolidação em subsistemas, em detrimento do caráter dinâmico que Saussure também atribuiu a elas, como se pode ler na citação que faço na página 5.

Saussure começa por reconhecer esse impasse no que toca o sintagma, o que o leva tanto a distinguir a frase, que pertence à fala, do sintagma quanto a "perguntar se todos os sintagmas são livres" (op. cit.: 144). Restringir a "liberdade" do sintagma significa para ele, a essa altura, deter a imprevisibilidade que a relação implica e enfrentar a questão da identidade/unidade lingüística, privilegiando a semelhança e a oposição em detrimento da diferença, termo primitivo da teoria do valor.

Seu primeiro passo nesse sentido é atribuir à língua expressões com graus diferentes de coesão sintagmática, a saber, tanto "as frases feitas, nas quais o uso probe qualquer modificação" (op. cit.: 144) quanto "todos os tipos de sintagmas construídos sobre formas regulares", desde palavras derivadas como **indeclinável** até "combinações como **a terra gira, que te disse**, etc." (op. cit.: 145), estabelecidas sobre padrões regulares.

Não se trata, porém, de um movimento em direção à sintaxe, e sim de volta à língua como instituição, já que a fixação de formas e padrões, com "base na língua sob a forma de **recordações concretas**" (idem: ibidem, ênfase minha), é atribuída à tradição, ao uso coletivo.

Disso, por outro lado, se pode inferir a relevância do ponto da cadeia em que é possível haver ruptura para a emergência de relações associativas e, portanto, possibilidades de escolha do elemento a fazer parte dela. Se a frase feita "proibe qualquer modificação" ou, em outras palavras, ruptura e escolha, tipos ou padrões regulares subordinam a escolha, excluindo do que emerge através das relações associativas o que não for atado ao que se apresenta no tipo/padrão por relação de semelhança/oposição.

Note-se que Saussure evita tratar essa semelhança como propriedade de uma classe de palavras, insistindo em que "não existe nada de abstrato na língua" (idem: ibidem). O que ele, contudo, não pode deixar de reconhecer é que "colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe *ao que o precede ou ao que o segue ou a ambos*" (op. cit.: 142, ênfase minha). Assim subverte-se a linearidade da cadeia, submetida ao efeito retroativo da relação com o elemento precedente, e impõe-se ao tipo/padrão a relação parte-todo:

"O todo vale pelas suas partes, as partes valem também em virtude de seu lugar no todo, e eis porque a relação sintagmática da parte com o todo é tão importante quanto a das partes entre si". (op. cit.: 148-9)

Os efeitos restritivos da relação parte-todo – ordem/posição no sintagma e delimitação de limites do sintagma (unidade?) indicada pelo número determinado de seus elementos – são os critérios usados por Saussure para caracterizar as séries/grupos associativos, opondo-os ao sintagma. Se a palavra, que é – dada sua presença dominante na exemplificação – o sintagma por excelência, tem um número determinado de elementos ordenados entre si, o mesmo não ocorre com a série associativa. Nela a ordem é

indeterminada e o número só é definido em paradigmas como os de flexão, derivação. Daí a imagem de "constelação" reservada para a série associativa: "Um termo dado é como o centro de uma constelação, o ponto para onde convergem outros termos coordenados cuja soma é indefinida" (op. cit.: 146).

Ainda que Saussure não faça dessa caracterização um argumento em sua discussão sobre o que pertence à língua e o que pertence à fala, seria lícito concluir, da natureza e do menor grau de restrição das séries associativas, que aqui se inverte a posição inicial. Não é mais o eixo sintagmático o domínio da fala; se há "liberdade" como possibilidade de escolha, é no eixo associativo que ela se oferece ao sintagma.

Cabe agora perguntar que liberdade é essa, ou melhor, o que a língua, vista do ângulo das restrições por ela impostas, deixa como espaço para seu exercício.

Ao trazer para discussão o funcionamento simultâneo dos dois eixos, vistos agora como "duas formas de agrupamentos", é que Saussure define esse espaço:

"De pronto compreendemos o **jogo desse duplo sistema no discurso.**

Nossa memória tem de reserva todos os tipos de sintagma mais ou menos complexos, **de qualquer espécie ou extensão** que possam ser, e no momento de empregá-los, **fazemos intervir os grupos associativos para fixar nossa escolha.** Quando alguém diz **vamos!** *pensa inconscientemente em diversos grupos de associação* em cuja interseção se encontra o sintagma **vamos!** [...] Muda-se a idéia a exprimir, e outras oposições serão necessárias **para fazer aparecer outro valor;** diremos por exemplo **vão!** ou **subamos!**" (op. cit.: 151, ênfase em negrito minha)

Se a escolha de um sintagma para "a idéia a exprimir" aponta um espaço livre para o falante, a fixação da escolha o nega, na medida em que equivale a que o valor – ou a significação do sintagma "escolhido" – seja determinado pela sua relação com os grupos associativos que ele próprio convoca por estar entre eles, em sua interseção. É o que se pode depreender também do que vem a seguir:

"Por conseguinte, não basta dizer, **colocando-se num ponto de vista positivo,** que se toma **vamos!** porque significa o que se quer exprimir. **Em realidade, a idéia invoca, não uma forma, mas todo um sistema latente,** graças à qual se obtêm as oposições necessárias à constituição do signo. Este não teria por si só, nenhuma significação própria." (idem; ibidem, ênfase em negrito minha)

Basta lembrar que as séries/grupos associativos não se apresentam em ordem e número de elementos pré-determinado, para concluir que o imprevisível – constelação, sistema latente – se abre nesse ponto da cadeia

em que ela se detém, para que um elemento tenha seu valor definido, ganhe significação.

Onde fica esse ponto? O privilégio concedido à palavra na exemplificação pode induzir-nos a localizá-lo nas suas fronteiras. Mas Saussure mesmo é quem afirma que "esse princípio se aplica aos sintagmas e às frases de todos os tipos, mesmo os mais complexos" (idem; ibidem). E ainda acrescenta:

"Inversamente, esse procedimento de fixação e de escolha governa as mínimas unidades e até mesmo os elementos fonológicos, quando estão revestidos de valor [...] Se, por exemplo, em grego **m, p, t** etc., não podem figurar no fim de uma palavra, isso equivale a dizer que sua presença ou sua ausência em tal lugar conta na estrutura da palavra e da frase. [...] Assim, no grupo imaginário **anma**, o som **m** está em oposição sintagmática com aqueles que o circundam e em oposição associativa com todos que o espírito possa sugerir." (op. cit.: 151-152)

A qualquer ponto da cadeia, qualquer elemento pode abrir espaço para outros, o que significa que a estratificação da cadeia em palavras ou em frases corre sempre o risco de se desfazer e de se refazer. A liberdade das combinações se reduz assim à escolha pelo indivíduo saussureano de um caminho dentre caminhos que ele não escolheu.

Do ponto de vista da Linguística, cujo objeto é a língua, quais as consequências dessa possibilidade de irrupção do "individual" a cada ponto da cadeia? Saussure reconhece em parte essa dificuldade ao afirmar que "no domínio do sintagma não há limite categórico entre o fato de língua, testemunho do uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual" (op. cit.: 145).

A importância desse reconhecimento ganha relevância em contraste com o tratamento que Jakobson dá, ainda que de passagem, à "liberdade do locutor individual", em seu texto sobre processos metafóricos e metonímicos. (1963: 47).

Assumindo a estratificação lingüística como intocável, Jakobson propõe "uma escala ascendente de liberdade" (idem; ibidem). A saber, nenhuma no nível do fonema; alguma no nível da palavra, e limitada à marginalidade do neologismo; um pouco maior no nível da sentença, e bastante acrescida no nível além da sentença, por ele denominado "enunciado". Nesse nível, que seria o do texto definido como combinação de sentenças, "a ação das regras constringentes da sintaxe se detém" (idem; ibidem).

Em contraste com o indivíduo saussureano, o "locutor individual" de Jakobson está submetido às unidades estratificadas no código, mas tem no texto seu domínio de expressão. Para Saussure, o indivíduo está sempre sujeito a um funcionamento da língua, já que restrição e imprevisibilidade

não se distribuem de forma desigual entre fonema e palavra, sentença e texto.⁵

Neste ponto, retomo, por um momento, a questão da língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem, lembrando que a tarefa desta não é descrever a língua ou a fala da criança, e sim descrever e interpretar a relação da criança com a língua a partir de sua fala.

Assumidas as conseqüências da reflexão de Saussure sobre língua e fala, é possível ainda tratar essa relação como o aprendizado de um sujeito que se apropria de ou constrói um conhecimento sobre a língua como objeto? Ou tratá-la como paralela ou temporalmente ordenada à sua relação com o texto, considerado como um nível de estratificação além da sentença?

Por outro lado, é possível deixar de reconhecer que o que faz do texto uma unidade, enquanto figuração de totalidade, é de uma ordem diversa da estrutura da sentença?

Minha tentativa de responder a essas questões passa pela aguda reflexão que, dentro dos limites do estruturalismo, Benveniste fez sobre a noção de níveis. Para ele, essa noção é essencial na "determinação do procedimento de análise" (1962/1988: 127) pelo lingüista, e não na relação do falante com a língua, como é o caso para Jakobson.

Ao discutir essa noção, Benveniste afirma a necessidade de acrescentar às relações distribucionais entre elementos do mesmo nível, relações integrativas entre elementos de níveis diferentes: "o único meio de definir esses elementos como constitutivos consiste em **identificá-los no interior de uma unidade determinada onde preenchem uma função integrativa**" (op. cit.: 133, ênfase minha).

É a partir dessa distinção que Benveniste define a articulação entre forma e sentido na língua: a forma de uma unidade é "a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior" e o sentido "a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior" (op. cit.: 135-136).

Correndo o risco de reduzir os inúmeros argumentos de Benveniste sobre o estatuto da frase (sentença) a partir dessa articulação, chamo a atenção apenas para um deles: o de que a frase, não podendo integrar-se em uma unidade superior, como o fonema e a palavra, não pertence mais ao domínio da língua. O critério distribucional não se aplica à frase no nível que lhe seria superior: nele a relação é sequencial, o que impede a ope-

⁵ Nesse sentido pode-se dizer que o individual em Saussure não é assimilável nem ao indivíduo da espécie, nem ao indivíduo de uma classe, nem a um "sujeito da língua". É importante o que diz Henry a esse respeito: "Em um sentido o lugar do 'sujeito da língua' já está ocupado a partir do momento em que a psicanálise definiu a linguagem como condição do inconsciente e o sujeito como efeito da linguagem enquanto realização do simbólico" (1977: 160). A tradução é minha, já que não disponho neste momento da tradução do livro de Henry em português, feita por M. F. Pereira de Castro e publicada pela Editora da UNICAMP.

ração de substituição que garantiria seu caráter distintivo relativamente a outras frases na mesma posição.

Ainda que seja uma unidade lingüística que tem palavras como constituintes, a frase, afirma Benveniste, "pertence bem ao discurso. É por aí memo que se pode defini-la: a frase é uma unidade do discurso" (op. cit.: 139).

Essa afirmação de Benveniste, em que o termo "discurso" vem ocupar o lugar de "fala", traz à tona a questão do sentido. Caberia perguntar: não tendo função integrante em uma unidade superior, a frase tem sentido?

Não basta responder afirmativamente a essa pergunta, lembrando que as palavras ganham sentido no nível da frase. O importante aqui é sublinhar que, para Benveniste, a frase tem sentido e referência. Ou melhor, sendo uma unidade do discurso, seu sentido toca o que é exterior à língua, o que ele chama de "mundo dos objetos" (op. cit.: 137). A exterioridade convocada pela noção de referência, em sua relação com a de sentido, é o que lhe permite ainda afirmar:

"Vemos nessa dupla propriedade da frase a condição que a torna analisável para o próprio locutor, a começar pela aprendizagem que ele faz do discurso quando aprende a falar e pelo exercício incessante de sua atividade de linguagem em todas as situações." (op. cit.: 140, ênfase minha)

Para Benveniste, como se lê acima, não está em questão a liberdade do falante, mas a diferença entre sua relação com a língua que se dá através da frase como unidade de discurso, e a relação do lingüista com a língua, que acaba na frase.

Cabe acrescentar que, no que se refere a esse texto em particular, "discurso" se definiria na interface da língua com sua exterioridade. Se se incluir nesta interpretação a proposta de Benveniste sobre os pronomes pessoais, é possível mesmo pensar esse efeito de referencialidade incidindo sobre o próprio locutor.

Se é verdade que Benveniste, ao discutir o estatuto da frase, a qualifica de "criação indefinida, variedade sem limite" (op. cit.: 139), não é porque a imprevisibilidade esteja para ele, como questão, associada a um nível em particular. Primeiro porque discurso não é um nível nem para o lingüista nem para o falante. Segundo porque o sentido que, na relação com a exterioridade, se dá como referência, está, como ele mesmo diz, "no centro da língua" (op. cit.: 135), através da função integrante. O fonema se define na palavra, a palavra na frase, o que merece ser lido, tomando o ponto de vista da relação do falante com a língua, como possibilidade de desestratificação/reestratificação em qualquer nível. É nesse ponto que a reflexão de Benveniste converge com a de Saussure.

Ao mesmo tempo, é questionável inferir daí que a estratificação em unidades e níveis, assim como o sentido que nela ela se inscreve, tem, para Benveniste e para Saussure, origem apenas na língua. Assim como Saussure diz que "Nada entra na língua sem ter antes sido experimentado na fala [...]" (op. cit.: 196), Benveniste afirma:

"É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem. Poder-se-ia dizer, decalcando uma fórmula clássica: *nihil est in lingua quod non prius fuit in oratione.*" (op. cit.: 140)

A reação que essas afirmações provocam podem tomar a forma da pergunta; mas, então, **o que é próprio da língua?** Sua resposta possível pode ser encontrada em Saussure: forma, configuração, estratificação em níveis e unidades estão na língua como produtos de relações de semelhança e de oposição, mas **"...na língua só existem diferenças"** (op. cit.: 139, ênfase do autor).

É nesse sentido que entendo "a linguagem como realização do simbólico" (ver nota 4), como diz Henry a partir de Lacan, e que se torna possível entender a imprevisibilidade. A saber, enquanto efeito da diferença que, sob a semelhança e a oposição, pode sempre desfazê-las, refazendo-as em outro lugar.⁶

Dessa demorada incursão pelo estruturalismo europeu ganha-se, creio eu, a possibilidade de pensar o texto não mais como um nível de estratificação além da sentença, mas como domínio em que a língua e discurso não são mais dissociáveis, do qual, por isso mesmo, não se pode excluir o falante, cuja relação com a língua está literalmente em jogo em qualquer nível de estratificação.

De um lado, essa interpretação é compatível com a necessidade de excluir do objeto da Linguística enquanto ciência galileiana "a singularidade de um corpo que fala",⁷ como tenta Saussure através da dicotomia língua vs. fala. E, principalmente, como o faz Chomsky através do procedimento teórico-metodológico da idealização, "abstração necessária para a construção de teorias científicas" (1986: 15),⁸ e da oposição entre "conhecimento" e "uso". Ainda que "conhecimento" implique um indivíduo que conhece, esse indivíduo é o da espécie, o que descarta a singularidade e, como o próprio Chomsky explicita, "a dimensão socio-política" da linguagem (1986: 15). Com o "uso" exclui-se também, a partir de uma visão cartesiana, o que na "ação humana, incluindo o uso de regras da linguagem, é

⁶ Sobre os registros simbólico, imaginário e real através dos quais se configura a distinção entre *langue* e *lalangue*, conceitos formulados por Lacan e que permitem ir além da distinção entre língua instituída e língua regida pela pura diferença, ver Milner (1978, 1983).

⁷ Sobre o que opõe essa expressão ao termo "indivíduo", ver de Lemos (a sair).

⁸ Essa e as demais traduções de trechos de livros ainda não traduzidos em português é minha (ver, porém, nota 6).

livre e indeterminado" (op. cit.: 222). Chamo a atenção aqui para o retorno em Chomsky da questão da liberdade, mas associada ao uso, isto é, à indeterminação do comportamento pelo qual se exterioriza o conhecimento, e não à desse conhecimento.

Por outro lado, decorre dessa interpretação a necessidade de pensar o texto como unidade a partir da inclusão do falante na língua do ponto de vista do discurso. Ou melhor, a necessidade de tratar coerência e coesão a partir da imprevisibilidade ou, como está em E. Orlandi & Guimarães (1988), da unidade que se faz na dispersão.

Essa perspectiva, aliás, tem sido desenvolvida de forma incisiva no trabalho de E. Orlandi (ver nota 5), realizado dentro da Análise do Discurso da linha francesa, na qual "discurso" ganha um sentido muito além do de Benveniste. Ou, como diz a autora, em que a "relação com a exterioridade [...]" se inscreve no próprio texto", o que dá à sua historicidade um caráter constitutivo (E. Orlandi, a sair: 4).

É também dessa perspectiva que E. Orlandi faz ver a unidade do texto, entendido como objeto lingüístico-histórico, sujeita a incompletude que sua relação com o discurso determina:

"Ao longo do meu trabalho tenho colocado já repetidas vezes que um texto, do ponto de vista de sua apresentação empírica, é um objeto com começo, meio e fim, mas que se o considerarmos como discurso, reinstala-se imediatamente sua incompletude. Dito de outra forma, o texto visto como unidade, não é uma unidade fechada – embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira – pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer)." (op. cit.: 3)

De outro ponto de vista, o da relação do sujeito com a linguagem na Psicanálise, mas na mesma direção, diz M. T. Lemos, ao discutir o trabalho de Halliday sobre coesão:

"Para Halliday parece bem natural dizer que o texto é um "todo" e um "todo unificado". Mas se ele se preocupa em mostrar como esse efeito é atingido é porque a coesão é algo a atingir, e não uma propriedade natural, automática da linguagem. Se há uma tendência, ou mesmo uma necessidade de coesão, é porque, na linguagem, opera algo da ordem do não coesivo, do não-todo. A linguagem da criança dá evidência disso: a criança diz alguma coisa, ou seja cria significação em algum nível, mas falta coesão. Algo parecido ocorre com o chiste: ele faz emergir uma significação outra, lado a lado com a significação "autorizada", sem a substituir (ver Freud, 1977). Nesse sentido o chiste não faz unidade semântica porque só faz sentido "chistoso", se as ligaduras coesivas não se fecharem num único sentido." (M. T. Lemos 1992: 36)

Resta agora perguntar sobre a possibilidade de incluir a fala da criança, entendida tanto como produção quanto como compreensão, como dado a ser descrito por teorias lingüísticas.⁹ Se o procedimento de idealização, que exclui o falante enquanto subjetividade, é legítimo e necessário para a Lingüística – e estou certa de que o seja – também é necessário reconhecer quão problemática ele torna a relação dos estudos da Aquisição de Linguagem com a Lingüística.

Isso não significa que estou aqui propondo que a Aquisição da Linguagem se desloque para o campo da Análise do Discurso ou da Psicanálise ou mesmo que se constitua como área interdisciplinar em que esses campos se conjuguem com a Lingüística.¹⁰ A especificidade de suas questões exige que, mesmo afetada pela reflexão sobre a linguagem que se faz nesses domínios, ela mantenha seu compromisso com a fala da criança.¹¹

2 – JUSTIFICANDO A LONGA INTRODUÇÃO: LÍNGUA E DISCURSO NA ANÁLISE DE EPISÓDIOS DE AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM

Na literatura sobre aquisição de linguagem, encontra-se em Atkinson (1982), a meu ver, a única tentativa coerente de definir as condições de adequação a serem preenchidas por teorias sobre desenvolvimento lingüístico. Dessas condições ele se serve para avaliar as propostas vigentes na época, o que lhe permite, de certa forma, diagnosticar o conflito que caracteriza a área. A saber, a falta de sustentação empírica para propostas teoricamente consistentes, complementar à inconsistência teórica das propostas de maior alcance empírico. No prefácio a seu livro, ele chega mesmo a dizer:

"Ao escrever um livro como este, estou ciente da necessidade de oferecer alternativas às propostas submetidas a consideração. Não fiz isso pela simples razão de que não tenho tais alternativas; o estudo da aquisição de linguagem é extraordinariamente difícil, e talvez se devesse ceder à tentação de aplaudir o que se tem conseguido fazer e deixar as coisas como estão. Mas, se se acredita, como eu, que o que se tem conseguido é muito pouco, a despeito do grande empenho intelectual posto nisso, essa estratégia não é fácil de assumir." (op. cit.: VII, ênfase minha)

⁹ A propósito da inclusão da fala da criança na empiria da teoria gerativa, ver Lopes (neste volume).

¹⁰ Leite (1994), ao tematizar a relação entre a Análise do Discurso e a Psicanálise, faz ver com acuidade a problemática envolvida em relações, interdisciplinares ou não, entre diferentes áreas de conhecimento.

¹¹ Sobre esse compromisso e sua função na história da área, ver M. T. Lemos (1994 e neste volume).

Tomo como ponto de partida deste item o reconhecimento por Atkinson tanto do conflito entre o teórico e o empírico nos estudos de aquisição de linguagem quanto o da "extraordinária dificuldade" que, embora não venha à tona como tal, esse conflito traz para seus investigadores.

A forma como tal discrepância se tem apresentado tem a ver com o requisito de qualquer teoria de aquisição de linguagem de dar conta da trajetória da criança, de *infans* – do que não fala – para falante de uma língua.

Poder-se-ia dizer que esse não é um requisito para Chomsky, já que, coerentemente com sua posição teórica, ele afirma a necessidade de idealização dessa trajetória através da hipótese da aquisição instantânea (1986: 53-4), pela qual se elimina a temporalidade implicada nesse processo. Mesmo assim, esse requisito se impõe quando se incluem, como ele o faz (op. cit: 37), os dados de aquisição entre as fontes de evidência empírica de uma teoria. No caso, de sua teoria sobre a LI ou Linguagem Interna.

Como aponto no início da introdução, esse requisito tem sido assimilado a uma noção de desenvolvimento oriunda da Psicologia, implicando uma teleologia que se configura em estágios. Quer definido a partir do conhecimento parcial do objeto tomado como totalidade, quer pela natureza – ou grau de abstração – desse conhecimento em construção, o conceito de estágio, pelo menos no que concerne ao chamado desenvolvimento da linguagem, é extremamente controverso.

Do ponto de vista teórico, há que se levar em conta que, se a língua é um sistema ou se caracteriza minimamente por sua sistematicidade, não é possível pensar nem em sua apropriação parcial nem em uma apreensão dessa sistematicidade em graus sucessivamente menos concretos ou mais abstratos.

Do ponto de vista empírico, a noção de estágio de desenvolvimento da linguagem como conhecimento só ganharia evidência empírica se, em um tempo *t*, esse conhecimento se manifestasse na fala de uma criança e na fala de crianças em processo de aquisição da mesma língua, pelo menos na maioria das vezes em que ele fosse requerido. Tenho designado essa condição como critério de homogeneidade.

É, aliás, a homogeneidade que garantiria a ordenação,¹² isto é, a identificação de estágios intermediários entre o inicial e o final, através da descrição de dados homogêneos em tempo *i*, mas heterogêneos relativamente aos de tempo *j* e interpretáveis como indicadores de um aumento de complexidade em tempo *j*.

¹² Atkinson (1982) submete a ordenação às condições II e III, que exigem que as teorias em tempo *i* e tempo *j* sejam comparáveis e que, além disso, a de tempo *j* seja explicitamente mais complexa que a de tempo *i*, ver capítulo I de seu livro.

Na história breve dos estudos de aquisição de linguagem sucedem-se as tentativas de identificar estágios, de ordená-los entre si. Embora as mudanças na fala da criança, entendida aqui como produção e compreensão como se verá mais adiante, estejam bem diante dos nossos olhos ou dos nossos ouvidos, a heterogeneidade dos dados resiste à descrição lingüística enquanto procedimento que se presta à delimitação do conhecimento da criança num determinado momento. Seria difícil, por exemplo descrever, do ponto de vista semântico, sintático e morfológico, o enunciado de Mariana, aos 20 meses de idade, "Minha biqueta é meu".

Defronta-se, assim, com a heterogeneidade não apenas na fala de crianças adquirindo a mesma língua, mas em uma só criança, numa só sessão, num só enunciado. Acrescente-se a isso o fato dessa heterogeneidade se dar a ver não apenas sob a forma de discrepâncias e de erros corrigíveis,¹³ como o do enunciado acima. Apresenta-se também sob a forma de enunciados insólitos, não-corrigíveis, que evocam a "liberdade das combinações" que Saussure, em vão, tentou colocar na fala, mas que, no entanto, apontam para a imprevisibilidade da língua e do seu efeito sobre o falante.

Pode-se dizer, como formulado por M. T. Lemos (1994), que esses enunciados constituem literalmente um enigma para o investigador. Muitos são, contudo, os investigadores que não o reconhecem. Ou melhor, que o recusam justamente porque o reconhecem. Lembro aqui o critério de interpretabilidade usado por Bloom (1970) para eliminar de seus *corpora* enunciados desse tipo.

Essa recusa também poderia ser justificada por critérios quantitativos, explícitos ou implícitos mesmo em estudos longitudinais observacionais. Como têm uma frequência menor, esses dados seriam deixados de lado por carecerem de representatividade.

Todavia, a que se deve essa frequência menor ou, inversamente, essa aparência e/ou suposição de correção, de coesão e coerência de uma parte considerável dos enunciados da criança pequena nos diálogos com o seu interlocutor adulto que compõem os *corpora* longitudinais?

Em primeiro lugar, no que concerne à aparência, ela se deve a que fragmentos de textos anteriores do adulto, principalmente dos dirigidos à criança, se repõem ou retornam na fala desta. A ruptura desses fragmentos "corretos", resultante do movimento da língua que produz cruzamentos, amálgamas e substituições (ver principalmente de Lemos 1992) é precisamente o que é sinalizado pelos erros, corrigíveis ou não.

Em segundo lugar, no que concerne à suposição de correção, ela se deve a que, apesar da tendência dos investigadores ser a de negar, em sua

¹³ Não me deterei aqui na questão do erro, ainda que a considere extremamente relevante. Remeto o leitor para os trabalhos de Bowerman (1982), Figueira (entre outros, o que está neste volume), que põem em discussão os erros corrigíveis; para Carvalho (1995 e neste volume) que analisa as consequências da assunção do erro como questão na Aquisição de Linguagem.

análise, a relação do enunciado da criança com o do interlocutor adulto, este último – que dá sustentação gramatical, semântica e textual ao primeiro – é levado em conta na interpretação que garante a análise. Em outras palavras, o investigador se ancora na interpretação do interlocutor da criança para interpretar a criança.

O que neste momento estou designando com a palavra "sustentação" é confirmado pelo fato da criança pequena tender a parar de falar, deixando seu enunciado à deriva, na ausência de resposta do interlocutor, ou melhor, de um enunciado que lhe dê sentido. Note-se que não é qualquer enunciado nem qualquer interlocutor que preenche essa função. Katherine Nelson & Gruendel (1977) citam um episódio extraído de Kohlberg e outros (1968)¹⁴ como exemplo de "comportamento lingüístico não-dialógico" (Nelson & Gruendel, 1977: 1). É um quase-diálogo entre dois meninos de 3 anos e meio, idade em que, em interação com o adulto, os enunciados infantis já são mais independentes.¹⁵

Brian: I'm playing with this.

David: A what's, a what's.

Brian: Oh nuts, oh nuts.

David: Doodoodoo, round, round up in the sky. Do you like to ride in a [toy] helicopter?

Brian: Ok. I want to play in the sandbox.

David: Much fun. Do you want to ride in the helicopter?

Brian: I'm going outside." (op. cit.: 1-2)

Chamo a atenção para o paralelismo formal entre os enunciados de David e Brian, "laço coesivo" entre suas falas que, sob outros aspectos, são também paralelas, isto é, "não fazem texto", na expressão de M. T. Lemos (1992).

Um forte contra-argumento à não-representatividade dos enunciados insólitos está na reflexão feita por Lier-de Vitto (1994 e neste volume) sobre os monólogos da criança no berço. Fica claro, a partir da análise da autora, que a impossibilidade de ancoragem no enunciado do interlocutor-intérprete põe a fala da criança à deriva. Daí a expressão "delírios da língua", aposto de "monólogos da criança" no título de seu trabalho, e cunhada por Preyer para se referir ao mesmo fenômeno. É importante salientar que o paralelismo apontado no quase-diálogo acima está presente de formas diversas nos monólogos e é objeto de discussão por Lier-de Vitto.

Do mesmo modo, as narrativas que a criança tenta sustentar sozinha, com menor intervenção do adulto, apresentam colagens, enunciados insó-

¹⁴ A citação que faço de Katherine Nelson & Gruendel foi extraída de uma primeira versão de artigo que veio a ser publicado posteriormente. Dessa versão não consta a referência bibliográfica do trabalho de Kohlberg e outros.

¹⁵ Contudo, quase-diálogos como esse sucedem também entre o adulto e criança e, o que é mais interessante, entre o investigador e a criança-sujeito. Episódios desse tipo são analisados por (neste volume e em preparação) em meu trabalho sobre compreensão de narrativas.

litos, como mostra Perroni (1992), e paralelismos (de Lemos, em preparação).

Os argumentos que acabo de apresentar incidem sobre uma questão bem mais ampla que a do estatuto empírico-metodológico dos enunciados insólitos.

A partir desses mesmos argumentos, é possível tanto reafirmar quanto reconsiderar minha proposta sobre o diálogo como uma unidade de análise do processo de aquisição de linguagem. Reconsiderar, por exemplo, a individualidade desse processo,¹⁶ já que dele é parte integrante o outro enquanto instância de funcionamento lingüístico-discursivo (ver de Lemos 1992). Assim definido, o outro não é mais tomado enquanto individualidade, como implicado em trabalhos anteriores (ver, entre outros, de Lemos 1982), passando a ser visto a partir da posição subjetiva, efeito de funcionamento lingüístico-discursivo, que lhe permite interpretar a criança. A saber, colocar a criança – sua fala, gesto, olhar, movimento – num texto, ainda que o efeito dessa interpretação não seja previsível e se dê a ver apenas a *posteriori* – na fala, no gesto, na relação da criança com o "mundo de objetos".¹⁷

A análise do episódio abaixo me permitirá indicar alguns aspectos desse processo:¹⁸

(1) Mariana (Ma. 1;8.6) se aproxima da televisão e sua mãe (M.) tenta afastá-la do aparelho.

Ma.: não/não/pô (ou bô)

M.: Quebrô sim.

Ma.: a pô

M.: É, vai pô. Você não sabe por.

Ma.: a pô

M.: O Pô vem aqui amanhã.
Amanhã o Pô com a Titê para levá a Mariana na praia.

Ma.: iáia/iáia

M.: Ai que gostoso que a Titê vai chegar, né, filhinha?

Ma.: igá. **eva baldinho móia?**

M.: ã?

Ma.: **eva baldinho móia?**

M.: Ah, você vai levar o baldinho na praia? Vai levar o caminhãozinho... Que é que você vai por dentro do baldinho?

Ma.: aga

M.: Água. Hum, que gostoso! Vai brincar bastante na água, vai?

O primeiro aspecto a ressaltar nesse episódio é a interpretação da mãe, suas tentativas de atribuir forma e sentido ao monossílabo **pô**. A indeterminação fonética inicial desse fragmento é um dos fatores que a levam, na busca de um texto que o determine, a interpretá-lo como **bô**, forma reduzida de **quebrô**. Um outro fator poderia ser situado no contexto instaurado como efeito da cadeia textual-discursiva subjacente a seu movimento de afastar a criança da televisão.

Contudo, a repetição por Mariana do "mesmo" fragmento, precedido de **a**, a desloca dessa cadeia, colocando-a de novo à procura de ancoragem textual-discursiva para o pequeno segmento de fala de sua filha. Sua segunda tentativa, desencadeada tanto pela suposição de identidade entre **pô** e a forma verbal "por" quanto pelo contexto instaurado por uma das cadeias em que essa forma pode ganhar sentido – por alguma coisa em algum lugar – também é frustrada por mais uma repetição de **pô**.

É importante notar que Mariana só reconhece sua fala no texto da mãe quando esta deixa de lado a possibilidade de **pô** ser referido por uma cadeia textual discursiva desencadeada por um objeto presente no seu campo perceptual e traz à cena o ausente. Isto é, os tios da menina, um evento futuro e, mais que tudo, um texto em que a criança pode, enfim, ancorar seu significante.

Creio que a possibilidade de fazer esta análise justifica a longa introdução que a precede. É, com efeito, a cadeia textual-discursiva em que **pô** ganha determinação semântica e formal, escapando da homonímia e deriva, que lhe dá estatuto fonológico, morfológico e sintático. A saber, que o **opõe** ao verbo "por", à preposição "por", a outros tantos segmentos "po" ou "bo" que circulam na língua.

Esse, porém, é o efeito da interpretação do enunciado da criança pela mãe sobre ela própria ou sobre a relação dela com a criança. Qual é o efeito dessa interpretação para a criança?

Um dos enunciados pelos quais a criança se inclui na cadeia textual-discursiva em que **pô** é inserido pela mãe é **eva baldinho móia**. Sua agramaticalidade não impede sua identificação com o texto que o liga a **praia** e ao que, a partir da Análise do Discurso, se pode referir como um "já dito" do discurso materno da classe média em que a criança é interpretada.

¹⁶ A esse propósito, ver a crítica que faz Henry (op. cit.: 142-143) ao pressuposto de coincidência do sujeito com o indivíduo na Psicologia, em contraste com a Psicanálise (ver Lacan 1971, entre outros).

¹⁷ Sobre a interpretação como fator transformador na produção de enunciados negativos pela criança, ver Pereira de Castro (a sair).

¹⁸ O mesmo episódio é explorado mais detidamente em artigo (a sair) cujo objetivo é aprofundar a oposição entre a noção de *laput* e a de interpretação.

Porém, é essa mesma agramaticalidade que impede afirmar, com base nesse enunciado, que a criança "domina" o significado desse texto, das expressões ou palavras que o compõem, da própria fala da mãe. Diferentemente do que sucede com a mãe, para Mariana a palavra "praia" não circula em textos vários que lhe restringem o sentido. Seu estatuto semântico e formal é o de um fragmento que convoca outros fragmentos de uma mesma cadeia que ainda não faz texto, mas onde a criança se reconhece por ela significada. O mesmo se pode dizer da forma **aga** convocada pela pergunta da mãe.

É justamente quando um fragmento passa a circular em vários textos e, por isso mesmo, textos vários podem ser convocados por um único fragmento, que seu estatuto fonológico, lexical, morfológico e sintático entra em questão. Na fala de Raquel, aos dois anos e seis meses, no episódio abaixo, pode-se observar uma das formas que essa questão toma:

- (2) Raquel (R.), sua mãe (M.) e sua irmã mais velha, Daniela (D.), em uma de suas muitas conversas em torno e em volta do pintassilgo recém-adquirido pela família.

R. posso abi a portinha?
ele ouva, uva?

M.: Ele o quê?

R.: vua?

D.: É, ele avua.

(Mais tarde, na mesma sessão de gravação)

D.: Ele vua viu, ele voa!

R. voa?

Como esse episódio mostra, o movimento da língua aproximando palavras ou fragmentos que, oriundas de diferentes cadeias, se cruzam e se substituem na mesma posição, ainda que imprevisível, não é aleatório. É a história da relação da criança com os textos em que sua fala, gesto, movimento e presença foram interpretados que está aí inscrita e que lhe dá singularidade.¹⁹

3 – UMA CONCLUSÃO BREVE

Do que acabo de expor pode-se depreender que o compromisso com a fala da criança exige dos estudiosos da aquisição de linguagem que o as-

¹⁹ Sobre a questão da singularidade e a impossibilidade de assimilá-la à noção de diferenças individuais presente na Psicologia e na literatura sobre aquisição de linguagem, ver Rubino (em preparação).

sumem uma séria reflexão sobre o custo teórico de excluir as questões textuais e discursivas de sua investigação sobre a língua. Maior é esse custo quando a essa exclusão se alia uma noção de desenvolvimento que coloca a criança como um sujeito diante da língua como objeto, impedindo a apreensão do processo de aquisição de linguagem como um processo de subjetivação, ainda que votado à heterogeneidade e à divisão.

É nesse sentido, penso eu, que vale a pena insistir em que, na aquisição, o que está literalmente em jogo é a relação da criança com a linguagem. Se há mudanças – e há mudanças – elas são dessa ordem. Creio ter podido apontar aqui como a criança pode sair da posição de interpretada pela fala do outro, atuante em sua própria fala, para uma posição em que é a língua, enquanto Outro, que a desloca e ressignifica. Na medida em que esses deslocamentos – e os erros que o indiciam – tendem a desaparecer da superfície da fala, deixando em seu lugar pausas, hesitações e correções na fala, e rasuras na escrita, outras mudanças na relação com a linguagem deslocam a criança para outra posição. Mas essa é uma outra história a ser contada em um outro lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATKINSON, M. (1982) *Explanations in the study of child language development*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BENVENISTE, E. (1962/1988) Os níveis de análise lingüística. Em *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes (127-140).
- BLOOM, L. (1970) *Language development: form and function in emerging grammars*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- BOWERMAN, M. (1982) Reorganizational processes in lexical and syntactic development. Em E. Wanner & L. R. Gleitman (Orgs.) *Language Acquisition: The state of the art*. Cambridge: Cambridge University Press (142-78).
- BRUNER, J. S. (1979) The Ontogenesis of Speech Acts. *J. Child Lang.* 2 (1-19).
- CARVALHO, G. M. (1995) Erro de pessoa: levantamento de questões sobre o equívoco em aquisição de linguagem. Tese de doutorado, IEL-UNICAMP, encaminhada para publicação.
- CHOMSKY, N. (1986) *Knowledge of Language: its nature, origin and use*. New York: Praeger.
- GADET, F. (1987) *Saussure: une science de la langue*. Paris: PUF.
- HENRY, P. (1977) *Le mauvais outil*. Paris: Klincksieck.
- JAKOBSON, R. (1963) Deux aspects du langage et deux types d'aphasie. *Essais de Linguistique Générale*. Paris: Éditions de Minuit (43-67).
- LACAN, J. (1971) Subversion du sujet et dialectique du désir dans l'inconscient freudien. Em *Écrits II*. Paris: Seuil (151-192).
- LEITE, N. V. (1994) *Psicanálise e Análise do Discurso*. Rio de Janeiro: Campo Matemático.
- de LEMOS, C. T. G. (1982) Sobre a aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original. *Boletim da ABRALIN* 3 (97-126).

- _____. (1992) Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio. *Substratum 1-1*(121-135).
- _____. (a sair) Corpo e Linguagem. Anais do II Encontro Bional da Sociedade Brasileira de Psicanálise.
- _____. (a sair) Input vs. Interpretação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos 27* ou *28*.
- _____. (em preparação) *Sintaxe no espelho: uma proposta radical sobre a Aquisição de Linguagem*.
- LEMOS, M. T. (1992) Sobre o que faz texto: uma leitura de *Cohesion in English*. DELTA 8, 1 (21-42).
- _____. (1994) A língua que me falta: uma análise dos estudos de aquisição de linguagem. Tese de doutorado, IEL, UNICAMP, a sair pela Editora da UNICAMP.
- LIER-DE VITTO, M. F. A. (1994) Os monólogos da criança: "delírios da língua". Tese de doutorado, IEL, UNICAMP, a sair pela Editora da UNICAMP.
- LOPES, R. O que a criança não nos diz: o lugar da empiria no modelo chomskiano.
- MILNER, J-C. (1978) *L'amour de la langue*. Paris: Seuil.
- _____. (1983) *Les noms indistincts*. Paris: Seuil.
- NELSON, K. (1985) *Making sense: The Acquisition of Shared Meaning*. New York: Academic Press.
- NELSON, K. & GRUENDEL, J. (1977) At morning it's lunch time: a scriptal view of children's dialogue. Primeira versão de texto posteriormente publicado.
- ORLANDI, E. (no prelo) Texto e Discurso. Em E. Orlandi, *Interpretação*. Petrópolis: Vozes.
- ORLANDI, E. & GUIMARÃES, E. (1988) Unidade e Dispersão; uma questão do sujeito e do discurso. Em *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez/Editora da UNICAMP.
- PEREIRA DE CASTRO, M. F. (a sair) Ainda a negação: indo mais além na interpretação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos 28* ou *29*.
- PERRONI, M. C. (1992) *Sobre o desenvolvimento do discurso narrativo*. São Paulo: Martins Fontes.
- RUBINO, R. B. (em preparação) Singularidade vs. diferenças individuais na aquisição de linguagem. Tese de doutorado, IEL-UNICAMP.
- SAUSSURE, F. (1916/1987) *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix.